



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL
ESCOLA SUPERIOR DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

**ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM SEGURANÇA PÚBLICA, COM ÊNFASE EM
FORMAÇÃO DE TUTORES, PRECEPTORES E EM PESQUISA PARA O DISTRITO
FEDERAL E ENTORNO**

**VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL**

Autor: ANA LUÍZA ALMEIDA ANDRADE

Orientadora: CONCEIÇÃO DE MARIA CARDOSO COSTA

Coorientadora: RENATA GUILHÕES BARROS SANTOS

BRASILIA/DF

2019



VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

ANA LUÍZA ALMEIDA ANDRADE

**CONCEIÇÃO DE MARIA CARDOSO COSTA
ORIENTADORA
IFB**

**RENATA GUILHÕES BARROS SANTOS
COORIENTADORA
ESPC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência à obtenção do título de Especialização Lato Sensu em Segurança Pública, com ênfase em formação de tutores, preceptores e em pesquisa para o Distrito Federal e Entorno, ofertada em parceria com o Instituto Federal de Brasília – IFB, a Fundação Universidade Aberta do Distrito Federal – FUNAB e a Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC

VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONALISMO POLICIAL DOCENTE NA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

VALORIZATION OF POLICE TEACHING PROFESSIONALISM IN THE CIVILIAN POLICE OF THE FEDERAL DISTRICT

Ana Luíza Almeida Andrade
Polícia Civil do Distrito Federal, lulualdrade@gmail.com
Profa. Dra Conceição de Maria Cardoso Costa
Instituto Federal de Brasília, conceicao.costa@ifb.edu.br
Especialista Renata Guilhões Barros
Escola Superior de Polícia Civil, renaguilhoes@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe-se a refletir sobre as principais questões relacionadas ao exercício da docência no âmbito policial, a partir da ótica do profissionalismo. Foi estabelecido o seguinte problema: Como os preceitos do profissionalismo, um dos elementos de caracterização da Polícia Moderna, pode auxiliar na prática da docência do ensino policial? A fim de nortear essa pesquisa, foi traçado o objetivo de analisar os preceitos do profissionalismo como fundamento de uma prática docente eficiente no ensino policial na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC. Adotou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa para refletir sobre as práticas desenvolvidas nos Cursos de Progressão Funcional e de Formação Continuada, sendo que as pesquisas sobre textos, a priori remontam a publicações acadêmicas exíguas, coadunando com livros na área policial sobre conceitos gerais de Polícia Moderna, relacionando a textos que envolvam saberes docentes, para promoção de um saber docente policial. Identifica-se debate na relação constituída entre os saberes docentes e os saberes profissionais no âmbito da Polícia Judiciária, tendo em vista a inserção gradual de Metodologias Ativas de Ensino- Aprendizagem Baseada em Problemas na ESPC. Algumas diretrizes educacionais, bem como alguns marcos normativos são destacados com a finalidade de valorizar o exercício da docência no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, dentre os quais a Instrução Normativa nº 172/16, atualizada pela IN nº 195/2019, que regulamentou a remuneração aos policiais que atuam como professores e o processo de seleção de docentes com critérios baseados em competência técnica. Tais inovações apresentam uma perspectiva de mudança no ambiente educacional da PCDF. Nas considerações finais, constatou-se a tímida produção científica sobre o tema, o que sugere a necessidade aprofundamento de estudos referentes às contribuições do profissionalismo para o exercício da docência policial, para ao final produzir-se um conceito inicial do saber docente policial. São apresentados, ainda, alguns apontamentos para a otimização das práticas educacionais da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal.

Palavras-chave: Docente. Profissionalização. Saberes Docentes. Ensino. Policial.

Abstract

This article proposes to reflect on the main issues related to the practice of teaching in the police sphere, from the point of view of professionalism. The following problem was established: How can the precepts of professionalism, one of the characterization elements of the Modern Police, help in the practice of teaching police education? In order to guide this research, the objective was to analyze the precepts of professionalism as the foundation of an effective teaching practice in police teaching at the Superior School of Civil Police of the Federal District (ESPC). We adopted the bibliographical research as a research methodology to reflect on the practices developed in the Courses of Functional Progression and Continuing Education, and the research on texts, a priori, goes back to limited academic publications, in line with books in the police area on general concepts of Modern Police, relating to texts that involve teaching knowledge, to promote a police teaching knowledge. It identifies a debate in the relationship between the teaching knowledge and the professional knowledge within the scope of the Judiciary Police, in view of the gradual insertion of Active Teaching-Problem-Based Learning Methodologies in ESPC. Some educational guidelines, as well as some normative frameworks, are highlighted with the purpose of enhancing the practice of teaching in the scope of the Civil Police of the Federal District, among which Normative Instruction 172/16, updated by IN nº 195/2019, which regulated to the police who act as teachers and the process of selection of teachers with criteria based on technical competence. Such innovations present a perspective of change in the educational environment of PCDF. In the final considerations, it was noticed the timid scientific production on the subject, which suggests the need to deepen studies regarding the contributions of professionalism to the exercise of police teaching, in order to produce an initial concept of police teaching knowledge. Also presented are some notes for the optimization of educational practices of the School of Civil Police of the Federal District.

Keywords: Teacher. Professionalism. Teacher Knowledge. Police. Officer.

1. INTRODUÇÃO

A busca pelo conhecimento pode levar a locais nunca antes conhecidos. No caso em questão, a uma discussão sobre como valorizar o policial docente, preservando e fortalecendo o profissionalismo. Na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) um dos pontos importante foi a promoção do curso de pós-graduação Lato Sensu em Segurança Pública, com ênfase na formação de tutores, preceptores e em pesquisa, para o Distrito Federal e Entorno, oferecido pela Escola Superior de Polícia Civil (ESPC-DF) em parceria com o Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Ceilândia e a Fundação da Universidade Aberta de Brasília – FUNAB, iniciado no segundo semestre de 2018. Ressalte-se que a Academia de Polícia Civil, atualmente Escola Superior de Polícia Civil, sempre promove cursos de formação e qualificação de docentes em diversas áreas: Técnicas de Imobilização Policial (TIP), Técnicas Operacionais na Atividade Policial (TOAP), Tutoria e Curso de Formação de Docente em Aprendizagem Baseada em Problemas – 2014. Nesta perspectiva, e após a leitura do Projeto

Pedagógico do Curso, dos objetivos de cada um dos módulos e do edital de seleção de discentes, pode-se extrair que a ESPC/PCDF tem como uma de suas metas, ao promover o curso de pós graduação em Segurança Pública, que os policiais formados possam exercer com profissionalismo o papel de tutores, preceptores e pesquisadores.

Aliando-se a promoção de vários cursos voltados à formação do policial docente, a ESPC iniciou algumas ações no sentido da valorização da docência, destacando-se o pagamento de hora aula aos policiais. No ano de 2016, foi publicada Instrução Normativa nº 172/2016-PCDF, que, em síntese, regulamenta o processo de credenciamento para o exercício de encargos em cursos ou concursos da Escola Superior de Polícia Civil, que dispõe sobre o pagamento da gratificação conforme disposto no artigo 76-A, da Lei nº. 8.112/90, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências. Essa regulamentação demonstra indubitavelmente que a instituição percebeu a necessidade proeminente em gratificar os seus docentes policiais.

Faz-se necessário entender o que é profissionalismo policial e onde surgiu o termo. Remonta-se ao entendimento do que seja o conceito de “polícia moderna”, trazido à baila por Bayley (2006) no seu livro *Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa*. A caracterização da polícia moderna é estabelecida como aquela que possui um corpo profissional, especializado e de caráter público. Abarcando o conceito de profissionalização, afirma-se que a realização de funções exclusivas da atividade policial é uma preparação explícita da profissionalização (Bayley, 2006). Para o autor o tema passou a indicar um tipo de condição desejada, e não o alcance de atributos comportamentais. Uma racionalização no sentido de uma autoadministração consciente. A profissionalização leva em conta o recrutamento meritocrático, formalização do treinamento, evolução estruturada da carreira, a sistematização da disciplina e o trabalho em tempo integral.

No tocante ao corpo profissional, amplia-se o conceito visto que a profissionalização tem como um dos pontos a formalização do treinamento e como deve ser proporcionado àquele que ingressa nas fileiras de uma corporação com características tão peculiares. Daí, o porquê de falar-se em policial docente profissional. A compreensão de que o policial quando exerce a docência pode influenciar a formação inicial e continuada dos futuros policiais está correta, evidentemente quando aliado às propostas pedagógica e institucional, coadunando com as percepções da sociedade brasileira na melhoria da segurança pública, tornando uma formação profissional policial adequada.

As propostas institucionais de valorização docente, especificamente no tocante ao profissionalismo policial na ESPC, devem ser concatenadas com as melhores condições para que o ambiente educacional tenha sempre evolução e não regressão e para que seja estabelecido um modelo profissional na formação docente policial, tendo em vista que esses profissionais imbuídos na atividade fim podem aprender sobre a docência para que se estabeleça um saber docente policial.

Desta forma, essa pesquisa tem por objetivo analisar os preceitos do profissionalismo como fundamento de uma prática docente eficiente no ensino policial na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal – ESPC, buscando responder a seguinte questão: Como os preceitos do profissionalismo, um dos elementos de caracterização da Polícia Moderna, pode auxiliar na prática docente do ensino policial?

2. PROFISSIONALISMO DO POLICIAL DOCENTE

A atual formação do policial, salvo algumas exceções, tem a conotação de moldar e não promover uma formação que garanta a interação com a sociedade civil estabelecida. Trata-se de policial formado com forte foco na reação e com pouco senso crítico.

A elaboração de currículos para formação inicial e continuada dos policiais necessita indubitavelmente de policiais docentes devidamente qualificados. Mas qual seriam as qualidades de ser um policial docente? Esse tema envolve uma grande quantidade de opiniões, na atual sociedade contemporânea.

A leitura da doutrina pátria sobre a formação docente, de acordo com Libâneo (2011) e Pimenta (2000) remetem à questão da articulação dos saberes docentes. Nesse diapasão, Libâneo (2011) afirma que a disciplina Didática é indispensável na formação do professor, pois desta forma articula os saberes específicos, da experiência e os pedagógicos. Nos cursos de Pós Graduação na área Educacional, notadamente na Docência do Ensino, constata-se que a Didática é disciplina presente, demonstrando que a formação do professor dialoga melhor com os saberes específicos, da experiência e pedagógicos. Explicam-se os saberes como alicerces, para promoção de entre teoria e prática, ou seja, teorias vinculadas aos problemas reais apresentados pela experiência cotidiana e a ação prática orientada.

Ser docente envolve saberes: específicos, experienciais e pedagógicos. Os saberes ditos específicos são os que o docente adquire na atividade no processo de formação, como os

da formação policial em técnicas de imobilização policial, sendo que tais saberes são adquiridos com estudo, aprendizagem e pesquisa, conhecendo as técnicas de imobilização e a legislação pertinente. Aliam-se aos saberes específicos, têm-se também os pedagógicos e didáticos. Explicam-se os primeiros, momentos construídos em sala de aula no processo de aprendizagem, nos currículos e até na avaliação. Para Pimenta (2000) os saberes pedagógicos podem colaborar com a prática docente, quando forem mobilizados contextualizando com os problemas e com a prática.

De acordo com Tardif (2013), o saber do professor é um saber social que está em permanente reconstrução, incluindo um saber próprio para realizar o processo educativo das novas gerações e que precisam estar integrados à vivência individual e coletiva. Os professores reconstróem esses saberes no seu contexto de atuação com os educandos e mobilizam outros saberes incorporados, modificados e adaptados ao longo da sua história pessoal e profissional. Partindo desse entendimento, podemos adaptar conceito de saberes para a área policial, e principalmente no que concerne a investigação de polícia judiciária, como bem descreve Jacinto (2015, p. 55):

Os saberes que informam a atividade policial investigativa seguem dinâmica de raiz científica, nos mesmos moldes de outros ramos dos saberes científicos, cujos primórdios remontam a investigação criminal inaugurada por Hans Gross em 1893, identificado como o conjunto de teorias que se referem ao esclarecimento dos casos criminais.

Desta forma, concatenamos conceitos docentes, delimitando na área de Segurança Pública, promovendo um conceito aproximado dos operadores de segurança, aliando teoria e prática, mas com o escopo de produzir docentes com saberes policiais, e que no caso da Escola Superior de Polícia, trabalhando a atividade fim, que seja, atividade policial investigativa.

Quando temos um saber docente ligado à área do profissional a ser motivado, aproximamos a teoria da prática. Tornamos as qualificações educacionais atrativas e com maior eficiência, buscando o profissionalismo. No caso do policial, é preciso promover uma contextualização adequada para que o exercício da sua atividade seja o mais proveitoso e eficaz possível.

Surge então, nas pesquisas de docência policial o termo “profissionalismo policial” que vai além das condições de modelo tradicional de formação. Poncioni (2007) comenta que a falta de profissionalização provoca notoriamente a existência de estrutura burocrático-

militar, levando a um famoso jargão policial, de que a atuação da polícia apenas “enxuga gelo”.

No conceito trazido à baila por De Luiz (1995) apud Poncioni (2007), contextualiza a questão profissional no campo privado, adaptando-se às concepções da segurança pública:

Os elementos das novas práticas de gestão que configuram o modelo da competência no mundo do trabalho são a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação; a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira; novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização do trabalhador e seu compromisso com a empresa; a instigação à formação contínua; e a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação.

A profissionalização policial pode ser conceituada, aproveitando-se conceitos de Poncioni (2007) e Bayley (2007) como sendo:

A formação qualificada dos policiais, com incremento dos recursos humanos e materiais e a organização da formação profissional, como uma preparação explícita para realizar funções exclusivas da atividade policial, tornando-a instituição policial eficiente, responsável e efetiva na condução da ordem e segurança pública.

Consta-se que, a exigência de escolaridade para acesso aos cargos nos concursos públicos, passando de ensino médio para ensino superior, promoveu uma melhor qualificação acadêmica dos policiais e, por conseguinte dos docentes que atuarão nas escolas policiais. Fato este já adotado pela Polícia Federal e seguido por outras polícias civis estaduais. Nesse ponto, cabe uma indagação a ser feita: foi realizado algum estudo sobre a alteração de escolaridade na polícia? E o que proporcionaria no ambiente docente policial?

A imposição social quanto à melhoria do diploma acadêmico alcançou maior relevância justamente a partir do ano 2003, quando o Brasil experimentou um aumento significativo no número de instituições de ensino superior, conforme demonstra o sistema de credenciamento no Ministério da Educação, apresentando indicadores superiores a qualquer outro período anterior. Percebe-se também aumento das instituições particulares, cabendo a seguinte reflexão, segundo Sampaio (2005) para que a IES privadas mantenham sua posição no mercado foi imprescindível implantar políticas para a qualificação do pessoal docente e melhorias na estrutura didática e pedagógica, o que demonstra que o docente no nível superior deve sempre estar devidamente qualificado. Alia-se, também que a tecnologia e sua

atualização acelerada também provocaram a necessidade de adequações e a exigência de novos perfis de contratação para empresas e órgãos públicos, não sendo diferente da atividade policial.

Retornando ao ponto central do profissionalismo policial docente, e que vai além do tradicional modelo implantado nas escolas policiais, Poncioni (2007), indica pontos para melhorar a compreensão sobre o tema:

Acrescente-se, também, que tanto a Polícia Militar quanto a Polícia Civil no Brasil não possuem um corpo de docentes inteiramente dedicados ao ensino. Os professores dos cursos de formação profissional básica, oferecidos por ambas as organizações são, majoritariamente, policiais advindos da própria Corporação, os quais, além de acumularem a atividade docente com outras atividades próprias ao cargo prioritariamente exercido na corporação, não possuem necessariamente uma formação pedagógica adaptada à função.

A análise desses pontos demonstra as concepções vivenciadas no ambiente educacional da Polícia Civil do Distrito Federal, com base na legislação institucional produzida, ou seja, instruções normativas resumem-se ao regime escolar da ESPC e ao pagamento de encargo de curso e concurso na instituição.

Os policiais que se dedicam à atividade docente na Polícia Civil do DF, o fazem na maioria das vezes, por dedicação própria, pois não há incentivo da organização em promover a qualificação profissional, salvo quando autorizam licença capacitação para cursos que são custeados pelo próprio servidor. Quando custeados pelo erário (exceção) o servidor assina termo de compromisso prevendo repasse dos conhecimentos adquiridos como forma de compensar o investimento.

Como ponto comparativo, pode-se indicar que a profissionalização do docente policial da Polícia Civil poderia contar com cursos de especialização voltados especificamente a docência. Nesta seara, apenas como indicados, podemos citar que na Polícia Militar do Distrito Federal e seu Instituto de Ciências Policiais, por exemplo, ofertam no seu portfólio de cursos a “Docência do Ensino Superior” na modalidade presencial, com 400 h/a, e que pretende especializar profissionais de todas as áreas do conhecimento, objetivando a docência, especificamente a superior:

Especificamente, objetiva credenciar graduados dos diversos cursos superiores para o exercício da docência na Educação Superior, oferecendo uma cuidadosa preparação pedagógica para uma atuação de melhor qualidade no mercado, procura construir coletivamente conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de valores, competências, habilidades e capacidades que promovam um exercício profissional crítico-reflexivo, além de proporcionar o aprofundamento dos conhecimentos relativos a

instrumentos teórico-metodológicos para o exercício de atividades organizacionais e gerenciais do processo educativo. (Fonte site ICSP/PMDF acesso em 10.06.2019)

O ponto final apresentado destaca a discussão sobre pagamento aos policiais que exercem a docência na instituição. No contexto histórico, até o ano de 2016, na Polícia Civil do Distrito Federal, o docente era remunerado apenas no Curso de Formação Inicial, tendo em vista tratar-se de uma das fases do curso, sendo custeado totalmente pela empresa responsável pelo concurso público. Tal situação gerava um ponto bastante controverso, tendo em vista que alguns policiais ministravam aula no horário de trabalho, recebendo do erário e de uma empresa privada. Foi nesse contexto que surgiu a IN nº 172/216, atualizada pela IN 195/2019, para normatizar o pagamento pelo Poder Público e estabelecer regras de credenciamento para o exercício da atividade docente e correlata na PCDF.

3. SELEÇÃO DOCENTE NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ESPC 2018

A Escola Superior da Polícia Civil do Distrito Federal está reformulando sua metodologia tradicional de ensino, com a inserção gradual de Metodologias Ativas de Ensino como a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP). Um exemplo dessa mudança é a oferta do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Segurança Pública com ênfase em Formação de Tutores e Preceptores e Pesquisa para o Distrito Federal e Entorno.

O curso de pós-graduação lato sensu foi concebido em 05(cinco) módulos, sendo que o primeiro módulo “Metodologias de Ensino e Pesquisa para a Segurança Pública” tem como proposta geral de:

Entendimento de que a tarefa de discutir formação policial implica na reflexão sobre princípios basilares da educação, sobre processos de ensino e aprendizagem, sobre o desenvolvimento de competências, sobre os fundamentos da ação docente, sobre processos e objetivos da avaliação educacional, bem como sobre metodologias e técnicas de ensino apropriadas à sua atividade finalística (PPC, 2018 p. 07).

Preliminarmente, o curso torna-se um diferencial na formação qualificada dos policiais civis do distrito federal, mas não é algo inédito, no sentido da oferta de curso de pós-graduação. Alguns cursos de progressão funcional e formação inicial para carreira policial civil tiveram o nível de especialização, mas sempre de forma inexpressiva, diante do quantitativo dos servidores da Polícia Civil do DF.

Ainda com a preocupação de analisar a seleção de docentes baseada em critérios técnicos de qualificação profissional, bem como de avaliar o profissionalismo docente,

buscou-se localizar o edital de seleção de professores para o 1º Curso de Pós Graduação em Segurança Pública.

Por tratar-se da primeira turma de especialização utilizando metodologia ABP, e da necessidade proeminente em estabelecer agilidade na elaboração do currículo, organizado através de um grupo de trabalho, com o escopo da realização do curso em tempo hábil, a seleção dos policiais docentes ocorreu por convite e não por edital.

Lançado no início de 2019, o 2º Curso de Especialização lato sensu inovou por trazer edital de seleção para o corpo docente. Foram apresentados critérios para o encargo de tutoria, quais sejam:

O presente processo seletivo é destinado aos servidores da ativa da PCDF, de qualquer de suas carreiras, portadores de curso de nível superior, bem como que seja especialista lato sensu, ou mestre, ou doutor, com titulações reconhecidas no Brasil, e que tenham habilitação em metodologia de Aprendizado Baseado em Problemas-ABP, em curso ministrado pela/na APC-DF/ESPC-DF nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, ou no de 2019 que está em curso (Projeto nº 10/2019-ESPC). Também será tido como habilitado em metodologia ativa de ABP aquele que comprovar ser aluno da 1ª Pós-Graduação 2018. Condicionado, à conclusão com êxito do curso em 2019, antes do início do eventual Encargo na 2ª Pós-Graduação, na hipótese de ser aluno da 1ª Pós ou do curso de ABP de 2019. O processo seletivo visa à seleção de profissionais para o exercício dos encargos de Professor/Tutor em ABP, Professor em Planejamento e Designer do Programa de Pós-Graduação. Ao Encargo de Designer, será escolhido o mesmo profissional para os 5 (cinco) módulos, de forma a manter a harmonia estética-didática-pedagógica dos materiais didáticos produzidos. Nos Encargos de tutor/professor de planejamento, serão escolhidos profissionais para serem tutores especialistas do tema, pela sua experiência profissional, acadêmica e técnica com o assunto, e profissionais com experiência acadêmica, e/ou andragógica/pedagógica, com alguma experiência técnica e profissional no assunto do módulo, que eventualmente atuará como co-tutor, dando suporte de raciocínio acadêmico-científico, e/ou andragógico-pedagógico, às dinâmicas tutoriais. (Edital de Credenciamento ESPC nº 01/2019, publicado em 15.02.2019)

O profissionalismo policial docente se estabelece onde há critérios objetivos e justos para que um policial com anos de dedicação exclusiva à atividade fim da instituição policial, aliada à uma formação qualificada, ou seja, com as competências necessárias (conhecimento, habilidades e atitudes) coadunadas às vivências e experiências estejam aptos ao processo de seleção.

A Escola Superior de Polícia Civil do DF, adotando a metodologia ativa, da Aprendizagem Baseada em Problemas, focando numa ação motivacional ao policial, aliando teoria a prática, pode promover, por exemplo, a inserção dos policiais aposentados, contudo

devido à instrução de pagamento não permitir a presença de aposentados, data vênua poderá ser realizada contratação direta pela Lei 8666/93, caso a instituição programe-se com antecedência para elaboração dos termos pertinentes.

Outras instituições, como a Escola de Governo/DF e a Escola Nacional de Administração Pública promovem seleções com critérios objetivos claros e obviamente possuem restrições em cursos específicos.

4. SELEÇÃO DE DOCENTES NO CURSO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

Desde a publicação da Instrução Normativa 172 pela Polícia Civil do Distrito Federal, a seleção de docentes e o pagamento foram instituídos, promovendo-se um novo patamar na profissionalização docente no âmbito da PCDF. Interessante é que há toda uma história sobre o recebimento da gratificação de encargo de curso e concurso na Polícia Civil e que se inicia com a solicitação dos docentes da área operacional da polícia, denominados como instrutores de técnicas operacionais. Tais profissionais demonstrando alto grau de organização e com o intuito de melhorar o ambiente institucional apresentaram, através de um conselho de instrutores, a necessidade de elaboração de normativo no sentido de estabelecer critérios para recebimento de gratificação pelas aulas ministradas na Polícia Civil. Após estudos da ESPC foi elaborado o Edital de Credenciamento, bem como o Edital do Processo Seletivo do Curso de Progressão Funcional. Considerando esse último normativo ponderam-se alguns pontos:

- 1- A gratificação para o Exercício de Encargos nos Cursos promovidos cabe apenas aos servidores policiais civis na ativa, aos demais participantes cabe o processo de inexistência prevista na Lei 8666/93, demandando tempo.
- 2- Nos encargos de docência/tutoria, no que concerne aos requisitos necessários apresenta-se em primeiro lugar: Ser Policial Civil do Distrito Federal ou Delegado de Polícia do Distrito Federal; e outros específicos em relação a disciplina a ser exercida.

Contudo, não se vislumbra qualquer referência à questão de antiguidade (tempo de serviço na atividade policial), tampouco à formação acadêmica, que poderiam ser pontuadas aos docentes/tutores credenciados, tendo em vista que, um dos saberes docentes, envolvem os saberes da experiência. Entendem-se tais saberes a partir de perspectivas, que sejam: o acúmulo de conhecimentos e, como a intensidade e significado de vivências experimentadas por um indivíduo. Por isso no ambiente policial, por analogia, entende-se que o policial com vivência, experimentado com anos de trabalho, podem estar associados aos demais saberes, e

serem mais eficientes no ensino policial. Nesse sentido, a formação de um docente policial é um processo que inclui as concepções pessoais e profissionais. O conhecimento das competências para o processo de ensino/aprendizagem, aliadas ao perfil profissiográfico dos cargos da carreira policial civil promoveriam, um arcabouço educacional com maior eficácia, segundo os preceitos educacionais modernos vigentes.

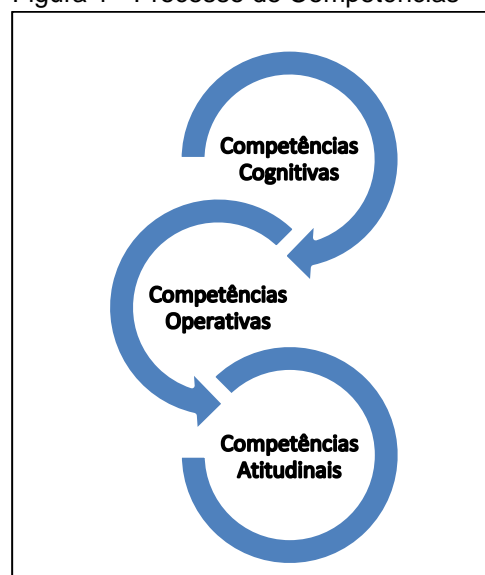
Desta forma, o edital de seleção apresentado pela ESPC não privilegia o policial que possui vivência e experiência, tampouco o conhecimento específico.

A Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (SENASP, 2014) tem grande referência no conceito de competência que segundo o documento é a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

Assim no âmbito da segurança pública trabalha-se com três conjuntos de competências, segundo a Matriz Curricular (SENASP,2008, p. 08):

- Cognitivas: requerem desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e organização do conhecimento;
- Operativas: preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente e,
- Atitudinais: Visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais.

Figura 1 - Processo de Competências



Fonte (produzida pela autora)

Ressalte-se que a divisão referente à competência possui cunho didático, para ser um facilitador no processo de ensino e aprendizagem, sendo que a área da segurança pública possui várias inferências nos campos legais, éticos, além do didático-pedagógico. As competências cognitivas e operativas podem ser objetivamente definidas na Segurança Pública em suas ações formativas. No entanto, as competências atitudinais relacionadas a temas como moral e ética precisam ser inseridas nas ações de formação, tendo em vista que as forças policiais apresentam características que as distinguem: estrutura, emprego da força, reputação, poder e composição social e que relacionam-se diretamente na formação policial, como balizadores do que seja correto e adequado nas atividades desempenhadas pelo policial.

Pois bem, a partir dos conceitos apresentados entende-se como a colação das competências pode influenciar os currículos e quiçá a seleção dos docentes, que na Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal também são escolhidos por sorteio, nos cursos de progressão funcional e alguns dos cursos de formação continuada. Como entender um tutor/docente com apenas 03 (três) anos de atividade policial, isso se estiver na atividade fim, exercer a atividade de ministrar aulas a policiais que necessitam acima de tudo, de pessoas com expertise acadêmica e vivencial?

Segundo pesquisa coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, consubstanciada no Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências – Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública (SENASP, 2012), são indicadas pelos agentes de polícia civil as suas atividades, segundo grau de importância:

“As três consideradas mais difíceis, dificuldade média a alta, foram “Comparecer e preservar o local de crime”; “Escortar presos” e “Participar de reconstituições de crimes”. Tais tarefas foram classificadas como de média a alta importância, porém não são realizadas frequentemente. Quanto à importância, os participantes apontaram como mais relevantes “Participar de cursos de capacitação e especialização”, “Zelar pelos bens, equipamentos e instalações”. Outras sete tarefas alcançaram a segunda maior média em termos de importância, destacando-se aqui as três consideradas, além de muito importantes, as mais difíceis: “Comparecer e preservar o local de crime”; “Realizar Campanas” e “Entrevistar partes envolvidas, bem como presos”. Destaca-se que essas três tarefas fazem parte de uma tarefa maior que consiste na investigação. Em termos de frequência, destacam-se como tarefas mais executadas: “Zelar pelos bens, equipamentos e instalações”; “Cumprir ordens de serviço/missão” e “Dirigir viaturas”. (Perfil Profissiográfico SENASP, 2012)

Desta forma, na concepção de instituição de ensino superior, não se separa conhecimento acadêmico das experiências e vivências do tutor na elaboração de currículos de formação inicial e continuada. Principalmente, diante das concepções atuais, que demandam

continuamente a buscar por uma devida qualificação profissional, produzindo como efeito cascata, a melhoria da imagem institucional. Em outras palavras, conhecer sua profissão e exercê-la com maestria deve ser um dos requisitos para atuação como tutor em cursos de formação policial.

5. METODOLOGIA

Esse trabalho adotou como metodologia de pesquisa a revisão bibliográfica que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico. (SANTOS e CANDELORO, 2006, p. 43).

Lakatos (2007 p. 185) conceitua pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias, aquela que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, sendo sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado. Igualmente, a construção do conhecimento com base bibliográfica, segundo Manzo (1971, p 32 apud Lakatos 2007, p 185) oferece meios para definir e resolver, não somente problemas já conhecidos como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.

Escolheu-se a metodologia de revisão bibliográfica com o escopo de promover uma visão geral e atual sobre um tema, no caso profissionalismo policial no tocante a treinamento qualificado por policial docente.

O eixo de análise referente à profissionalização do policial docente teve como fonte de pesquisa a de natureza bibliográfica, ou de fontes secundárias como os artigos científicos que apresentaram e forneceram conceito sobre o tema em tela. Nesse diapasão, a pesquisa esbarra em enormes problemas, tendo em vista que não há em abundância material sobre o tema que normalmente não é disponibilizado em bibliotecas. Como resultado da pequena produção no tocante ao tema profissionalismo, verificou-se baixa produção acadêmica, o que reflete a necessidade de elaboração de documentos, textos, artigos referente ao tema.

Ademais, além dos artigos científicos foram pesquisados documentos oficiais como as instruções normativas e editais de seleção da Polícia Civil do Distrito Federal, propiciando o exame do tema com maior amplitude, conseguindo desta forma, conclusões inovadoras.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que os documentos oficiais (edital de seleção, instruções normativas) aliados à concepção para o estabelecimento de uma docência qualificada e profissional, além dos pontos apresentados e sob a perspectiva da adoção da Metodologia Ativa de Ensino em ABP (aprendizagem baseada em problemas) pela ESPC, indicam que a participação de policiais com maior vivência e experiência, poderá promover melhorias na implantação de novas metodologias de ensino na formação policial, ressaltando que tal situação por si só não torna o ensino eficiente, mas pode aproximar teoria e prática policial.

A Escola Superior de Polícia Civil tem a necessidade proeminente uma Política Pedagógica Institucional aliada a projetos pedagógicos de curso coerentes com a metodologia a ser adotada. Destaca-se ainda que, não há na ESPC um Projeto Pedagógico Institucional – PPI, documento filosófico, teórico-metodológico que define as políticas para a organização administrativa e pedagógica da instituição, norteador de suas ações, sua missão e seus objetivos. A ausência deste documento do ponto de vista de gestão educacional é preocupante tendo em vista que os currículos de formação necessitam de um pilar institucional para sua construção e também para sua reformulação, quando necessário.

O pagamento das horas-aula conjuntamente ao oferecimento continuado de formação adequada academicamente aos policiais docentes é algo a ser mantido como uma política educacional perene a ser seguida constantemente pelos gestores da instituição. Sugere-se que o responsável pela Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, tenha além de formação jurídica, a formação educacional e em gestão pública para uma condução com governança e responsabilidade gerencial.

Ademais, as questões apresentadas, em relação à instituição de ensino da ESPC do DF, apontam uma nova realidade na área de formação em Segurança Pública, demandando por mudanças. Mas quais seriam as novas perspectivas, visto que os currículos disciplinares das instituições de ensino policial não são totalmente conhecidos? Urge a necessidade em se promover um estudo amplo sobre a educação profissional dos operadores de Segurança Pública, para melhor constatação da eficiência na atividade policial, pois policiais bem treinados e com estrutura adequada, melhoram a percepção da sensação de segurança da sociedade.

O tema não foi totalmente exaurido, mas certamente com o material poderá ter início uma discussão teórica ser ou não aceita institucionalmente. Espera-se produzir, mesmo que em pequenas doses uma mudança de postura com vistas à busca da melhoria da Segurança Pública, que além de um planejamento estratégico, necessita de quebra de paradigmas.

Busca-se a elaboração de um saber policial investigativo, com conhecimento científico, aliando teoria com a prática, data vênua com os procedimentos reconhecidamente válidos, ou seja, legitimados por meio de construção racional. Desta forma, a qualificação adequada dos policiais docentes, produziria uma ciência policial com seu próprio saber e sempre em constante evolução.

7. AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a Deus, que ouvindo minhas preces ofereceu-me força e resistência para continuar na árdua escrita. Aos meus familiares, minha amada mãe Aldemira, meu pai (in memoriam) Luiz, meus irmãos Luiz, Nathan e Dereck, meus sobrinhos queridos Caio, Gigi, Diogo. Agradeço a minha avó querida Maria Pontes (in memoriam) pelo apoio incondicional a minha pessoa, obrigada por ter feito parte da minha vida, saudades eternas.

Agradecimentos especial e sincero as minhas orientadoras: Conceição e Renata pela atenção e o profissionalismo dispendido.

Finalmente agradeço aos colegas da DRCC e ao Delegado Giancarlos Zuliani que na sua gentileza peculiar, sempre me apoiou nas minhas empreitadas acadêmicas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYLEY, D. H.. (2006). **Padrões de Policiamento: Uma Análise Internacional Comparativa**. (R. A. Belmonte, Trad.). São Paulo: EDUSP, 2006.

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital de Credenciamento nº 01/2019-ESPC** publicado em 15.02.2019

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital nº 02/2018-ESPC** de 13.11.2018.

BRASIL, Polícia Civil do Distrito Federal. **Instrução Normativa nº 172/2016** publicado em Boletim de Serviço em 01.03.2016.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**. Disponível em <http://emec.mec.gov.br/>. Data do acesso 10 abr. 2019.

BRASIL. Polícia Civil do Distrito Federal. **Edital de Credenciamento nº 01/2016** publicado em 09.11.2016

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Estudo Profissiográfico e Mapeamento de Competências – perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública**, Brasília. 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública** . Brasília, 2014.

DELUIZ, N. **O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo**. Rio de Janeiro: Ed. Shape, 1995.

LAKATOS, E M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6º edição. São Paulo: Atlas 2007.

LIBÂNEO, J C. **Didática**. São Paulo. Editora Cortez. 2011

LOPES, A C. **Políticas de Integração Curricular**. Rio de Janeiro. Editora da UERJ. 2008

MOREIRA, A. F. B., et al. **Currículo: políticas e práticas**. São Paulo: Papyrus, 2000

PENAFORTE, S. **A gestão para a inclusão: uma pesquisa-ação colaborativa no meio escolar**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

PIMENTA, S G. **Saberes Pedagógicos e atividade docente**. 2ª edição. São Paulo. Editora Cortez. 2000

PONCIONI, P. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 20, n. 03, p. 585-610, set/dez 2005.

PONCIONI, P. **Tendências e desafios na formação policial no Brasil**. Sociedade e Estado, Brasília, Ano 1, Edição 1, 2007

SANTOS, C J dos. **Aspectos sobre os saberes policiais investigativos: a superação de alguns desafios**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo v 9, n I, 50-61, fev/mar 2015.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos: Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre/RS: AGE Ltda, 2006. 149 p.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**, 15, ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

